

A interseção entre o “óbvio” e o “público catalisado” através do domínio de mediatização das culturas cívicas

Maria Francesca Murru

maria.murru@unicatt.it

Università Cattolica del Sacro Cuore (Italy)

RESUMO

Este artigo procura estudar o modo como as novas formas de interação e de envolvimento colocadas à disposição pelas tecnologias online interativas e participativas poderão ajudar a incentivar o empoderamento das práticas cívicas. Este trabalho enforma uma reflexão teórica sobre as potenciais áreas de interseção entre as *audiências*, enquanto “*persona ficta*” (Dayan, 2005) que emerge no papel de encenar a atenção face a uma performance externa, e o *público*, considerado enquanto entidade coletiva que chama a atenção externa, e que inclui uma orientação fundamental relativamente à ação partilhada e consensual. Defendemos que, para analisar a co-presença e a potencial sobreposição entre estas duas coletividades, é necessário adotar os conceitos de “mediação” (Silverstone, 1999) e de “culturas cívicas” (Dahlgren, 2009). O artigo desenvolve esta hipótese através da análise empírica de um estudo de caso focado em Beppegrillo.it, um weblog italiano que funciona como uma plataforma de comunicação para o desenvolvimento de um movimento cívico e político.

PALAVRAS-CHAVE

Esfera pública; internet; cidadania; Beppe Grillo

1. INTRODUÇÃO

A noção de esfera pública, tal como foi formulada por Habermas ao longo da sua extensa carreira intelectual (1962; 1981), propõe uma das mais conhecidas orientações para julgar a qualidade das ligações entre os atos de cidadania e as práticas da comunicação. No modelo da democracia deliberativa proposto pelo filósofo alemão, a comunicação é, não uma âncora da política institucional, mas antes a força vital da democracia, na medida em que a qualidade dos processos de decisão se encontra estritamente dependente da qualidade das discussões públicas através das quais se alcança resoluções coletivas. O ideal da esfera pública realiza-se integralmente sempre que os diálogos entre os cidadãos assumem uma forma de comunicação em particular que é verdadeira, sincera, isenta de poder e adequada a todos os participantes, independentemente do seu estatuto. Numa posição oposta ao rígido padrão normativo do discurso público racional e processual, encontramos o “modelo da esfera pública culturalmente orientado” (Herbert, 2005: 106), para o qual a situação ideal de fala de Habermas é, não só um painel de fumo que esconde formas de dominar, mas também um perigoso «cordão sanitário que impede a articulação pública de aspetos da identidade coletiva e visões da boa vida» (Benhabib, 1996: 7). Os modelos da esfera pública orientados culturalmente (Benhabib, 1992; Fraser, 1992) realçam a impossibilidade de eliminar as desigualdades de poder no discurso público e de agrupar as pertenças culturais e as diferenças de estatuto no

diálogo deliberativo. Se as fronteiras entre o público e o privado, e, conseqüentemente, entre as opiniões relativamente à boa vida e os argumentos sobre justiça e verdade, são, não ontológicos, mas, antes, profundamente culturais e construídos discursivamente, só poderá assegurar-se uma total revelação da democracia recorrendo à proliferação de vozes alternativas numa esfera pública culturalmente inclusiva. Deste ponto de vista, a qualidade da participação política surge intimamente ligada a questões de “cidadania cultural”, considerada enquanto noção que associa questões de pertença, direitos e responsabilidades a questões de poder cultural, de controlo sobre o fluxo de informações, significados e estratégias ideológicas poderosas (Stevenson, 2005).

No seio desse modelo de esfera pública culturalmente orientado, onde a cidadania cultural assume o lugar da racionalidade, é possível julgar novas formas de envolvimento, tornadas possíveis pelas aplicações interativas e participativas da Web 2.0, quanto à sua contribuição para a revitalização da participação pública e cultural. As tecnologias da comunicação digitais incluem, na sua configuração material, um enorme potencial de participação, interação e produção colaborativa de conteúdos. Os custos extremamente reduzidos de produção e distribuição de conteúdos através da plataforma Web permitem, potencialmente, a todos os utilizadores assumir o papel de falantes, dando forma à sua própria reputação através de uma economia de atenção heterárquica, potencialmente livre de qualquer lógica comercial e de qualquer tipo de controlo político. A lógica de base da Web 2.0 assenta, sobretudo, no processamento da combinação da criação ativa de conteúdos para os média (da mistura intertextual de conteúdos dos média preexistentes à produção de conteúdos novos e originais) com práticas de comunicação interpessoal através das redes sociais. Conseqüentemente, para além da multiplicação do fluxo de informações, observamos a concretização, sem precedentes, de possibilidades de ligação (e desligamento) social para além das fronteiras nacionais das esferas públicas tradicionais. Alguns eventos evidenciaram a renovação contínua das práticas públicas e políticas, não só na democracia ocidental, mas também, e mais relevante ainda, nos difíceis contextos dos regimes autoritários¹. As atividades de comunicação baseadas na net foram particularmente úteis e incisivas na formulação da dinâmica organizacional dos novos movimentos sociais, como é, por exemplo, o caso do movimento alter-globalização (Bennett, 2003; Dahlgren, 2009), ou, mais recentemente, o caso dos movimentos Occupy (Gaby-Caren, 2012; Costanza-Chok, 2012). Poderemos reconhecer, nos dois casos, uma linha de separação entre a dinâmica de comunicação aberta, horizontal e descentralizada adotada pelos movimentos e a natureza fluida da sua filiação e das suas pertenças ideológicas.

Nos discursos da pós-democracia (Crouch, 2000), as novas práticas dos média são, frequentemente, vistas como sendo a panaceia para a legitimação da crise das instituições representativas do ocidente (Castells, 2007), e como a força motriz de uma profunda revolução cultural, conduzindo ao empoderamento horizontal e a uma sociedade

¹ A literatura recente sobre este tema é extremamente profícua. A título de exemplo, refira-se: Burns-Eltham, 2009; the Special Issue of Communication Review “Twitter Revolutions? Addressing Social Media and Dissent”, 14(3), 2011; Castells, 2012.

mais igualitária. Bruns (2008) propõe um “modelo de deliberação política baseado na produção-utilização”, assente na heterarquia fluida dos participantes, nas estruturas de liderança sustentadas na meritocracia, nos processos contínuos da deliberação política, que decorrem naturalmente das práticas alargadas de código aberto, do jornalismo de cidadania, da Wikipédia.

Porém, as verdadeiras consequências dessas mudanças ainda carecem de verificação, assim como a abordagem analítica deve tornar-se imune às hipérboles demasiado otimistas que, não raras vezes, dão lugar às influências tecnológico-deterministas. Estas influências não só atribuem à dimensão tecnológica o extraordinário poder de determinar os processos interacionais e culturais de uma sociedade, como também transpõem para a tecnologia o ideal moderno de uma comunicação totalmente transparente, isenta de poder e benéfica: «A comunicação é um registo de anseios modernos. O termo evoca uma utopia onde nada é incompreendido, onde tudo é claro e onde a expressão é desinibida» (Peters, 1999: 2).

Este artigo tem como principal objetivo propor um percurso alternativo que permita abandonar estas tentações reducionistas, partindo de dois pressupostos. O primeiro pode ser sintetizado recorrendo à breve afirmação de Graham-Wyatt (1999: 694): «a Internet não existe». Tal como tem sido amplamente ilustrado pela extensa linha de investigação da Modelação Social das TIC (Lievrouw, 2002), cada tecnologia pode ser utilizada de diversas formas, fazendo sentido apenas no âmbito do contexto social específico do qual recebe significados simbólicos e pragmáticos. Assim, o argumento é que as práticas cívicas na Web deverão ser estudadas a partir da premissa fundamental de que diferentes contextos sociais dão origem a diferentes experiências da Internet e das suas potencialidades participativas e interativas, não esquecendo, contudo, que «a sua difusão não cria novas aberturas à luta pela democracia» (Warschauer 2003: 183). O segundo postulado está relacionado com a concetualização da interação e da comunicação. Um corpo substancial de estudos dedicados ao potencial democrático da Internet (ver e.g. Whilelm, 1999; Tsaliki, 2002; Wright e Street, 2007²), desenvolvidos sobretudo no final dos anos 90 e durante os primeiros cinco anos dos anos 2000, analisou os intercâmbios dialógicos realizados no ciberespaço, procurando avaliar em que medida se conformavam com a *situação ideal de fala* Habermasiana. Porém, se analisados à luz de uma perspetiva global comparativa, os resultados finais desses estudos empíricos mostram que as desigualdades de poder e as hierarquias sociais existentes offline estão longe de ser neutralizadas pelas interações sociais mediatizadas. No entanto, como foi demonstrado pela extensa crítica suscitada pela teoria da comunicação de Habermas (ver e.g., Alejandro, 1993; Peters, 1993; Kohn, 2000; Mouffe, 2000), a responsabilidade dos desequilíbrios de poder comunicativos não cabe exclusivamente ao âmbito tecnológico e às suas utilizações; antes, deverá procurar-se no carácter intrinsecamente inseparável da linguagem, do significado e do poder.

² Para uma lista pormenorizada dos principais quadros teóricos utilizados doravante para avaliar a democracia digital, ver Dahlberg (2011).

O presente artigo posiciona-se no seio de um enquadramento teórico que reconhece a constituição mútua de significado e poder, e a tensão produtiva entre agência e coação implícitos em todos os discursos (Chouliaraki, 2008).

2. MEDIAÇÃO, CULTURAS CÍVICAS E PÚBLICOS ÓBVIOS

Partindo dos dois últimos pressupostos – rejeição do determinismo tecnológico e reconhecimento da constituição mútua de significado e de poder –, e movimentando-se no seio de um modelo da esfera pública culturalmente orientado, a análise realizada no presente estudo propõe que as novas formas de interação dos média que ocorrem na Web 2.0, e a sua influência sobre as práticas cívicas, sejam estudadas com base num conceito aparentemente tradicional como o da *mediação* (Silverstone, 1999). Esta problemática tem sido, recentemente, formulada por Livingstone-Das (2009), com recurso a argumentos convincentes. Para além dos conceitos de “género” e “literacia”, sublinham a relevância da “interpretação” como pista de análise que ainda é capaz de descrever os processos contemporâneos da mediação e a relação dinâmica entre a codificação e a descodificação, entre o texto virtual e realizado que lhes está subjacente: «Deverá evidenciar-se que privilegiamos estes três conceitos porque (...) todos eles constituem conceitos da interface: do texto e do leitor, da literacia e da legibilidade – e, em última instância, da estrutura e da agência. Estes permitem indeterminações, interdependências e contingências cruciais, mas não se reduzem a determinismos tecnológicos e sociais, nem celebram a polissemia ilimitada» (Livingstone-Das, 2009: 6).

Considerando a extraordinária mobilidade de públicos e a flutuação de conteúdos no ambiente digital, o conceito aparentemente tautológico de *mediação* pode revelar-se particularmente útil para se concentrar no movimento de significados ao longo dos textos, dos discursos, das experiências e das tecnologias.

No âmbito deste enquadramento teórico, o presente artigo propõe o envolvimento cívico como um dos possíveis limiares nos quais os significados e as representações circulam, no contexto dos média digitais. Este limiar é precisamente aquele que se interpõe entre as duas categorias de «persona ficta» identificadas por Dayan (2005): o «público óbvio» e o «público obtuso». O termo «personae fictae» é utilizado para descrever as diferentes entidades, coletivas ou não, que emergem no papel de representação da atenção social através da reação e resposta. Mesmo que não tenham como objetivo a descrição da essência de uma coletividade, estas categorias permitem conduzir ao estudo da participação política mediada, na medida em que apontam para os traços constitutivos de diferentes tipos de público envolvidos nos processos políticos e culturais.

Dayan propõe uma diferenciação inicial entre público «óbvio» e «obtusos» a partir da qual emanam as duas definições: «Reparei que alguns públicos estavam à disposição de quem os quisesse ver, enquanto outros públicos, para se tornarem visíveis, necessitavam de mediação profissional. Desenhei o primeiro por “público óbvio” e o segundo por “público obtuso”. De seguida, reparei que, entre os públicos obtusos, havia aqueles cuja existência era despoletada, e aqueles cuja existência estava apenas pronunciada.

Aos primeiros, chamei “públicos catalisados”; aos segundos, chamei “públicos pronunciados”» (Dayan, 2005: 67). As três entidades assentam em ficções e processos de imaginação coletivos para assegurar a sua própria existência, mas com uma diferença decisiva. Para os «públicos óbvios», a ficção é uma condição da existência; são «um processo de combinação de *persona ficta*, uma representação dessa ficção e a experiência subjacente a essa representação» (Ivi: 43). Pelo contrário, o «público óbvio» é indiferente à coletividade que, pretensamente, forma; a ficção não é uma condição da existência, mas apenas um dos prazeres oferecidos pelo texto.

Dois elementos centrais que marcam a diferença entre os dois públicos são 1) a representação da *fictio* e 2) a experiência sociológica subjacente a essa representação. A *representação* é realizada através de duas dimensões essenciais: a performance e a reflexividade. Relativamente à primeira, Dayan afirma que «um público (óbvio) não só presta atenção, como também requer atenção»; opera através de performances visíveis que envolvem «uma dramaturgia a larga escala, um exercício Goffmaniano de autoapresentação» (Ivi: 52). A reflexividade é o sentido de identidade partilhada na transformação dos públicos em sujeitos coletivos «que são imaginados na primeira pessoa, através de um “nós”» (Ivi: 53). A experiência sociológica de um público óbvio é constituída por estilos de interação específicos, registos de sociabilidade, estabilidade temporal e compromisso leal por parte dos seus membros.

Um público, na sua origem, poderia ser mediado por uma ficção potencialmente heterónima, mas adquire o estatuto de óbvio apenas no momento em que essa dimensão imaginativa é naturalizada criativamente e apropriada autonomamente através de uma performance pública, através da reflexividade e através da experiência social.

Aquilo que Dayan define como «traços constitutivos de um público» não são mais do que processos de *mediação*, o movimento de significados através de representações, experiências, espaços. A ficção é o primeiro dos processos de mediação (pelo que a questão poderia ser: de onde emana essa ficção? De dentro ou de fora do público?). O segundo é a representação da ficção através da performance pública e através da reflexividade (qual o grau de coerência que preserva relativamente à ficção inicial? Que “sentido-nós” e que autorrepresentação dramatúrgica desenvolve?). Finalmente, o terceiro processo é constituído pela concretização da ficção representada nas experiências sociais (quais são as práticas partilhadas, qual a configuração especial, quais as identidades sociais implicadas e qual o seu grau de compromisso face às questões?)

Proponho abordar as categorias de público *óbvio* e *obtusos* de modo dinâmico, enquanto descrição de um conjunto hierárquico de *estatuto* (condição), descrevendo configurações específicas da relação entre a interação mediada e o envolvimento cívico. Contudo, de modo a descrever a evolução dinâmica entre o diferente *estatuto* dos públicos, necessitamos de uma hipótese sobre a força motriz desse desenvolvimento, que é um elemento, ou melhor, uma constelação de elementos que explicaria as condições da possibilidade que permitem a passagem do público catalisado para o público performativo.

A hipótese defendida neste artigo é a de que o modelo de *culturas cívicas* (Dahlgren, 2009) sintetiza precisamente essa constelação crucial de fatores que procuramos. As culturas cívicas são perspetivadas como o conjunto de fatores que permitem dar forma

à agência cívica e, assim, influenciar o compromisso e a participação dos cidadãos na democracia. São constituídas por padrões de significados, práticas, comunicação, e encontram-se organizadas num circuito integrado de seis dimensões de mútua reciprocidade: conhecimento, valores, confiança, espaços, práticas e identidades.

Estas seis dimensões permitem-nos detetar a área de investigação pertinente sobre cidadania e participação política. Não estamos a estudar todos os tipos de *público óbvio* possíveis. Teoricamente, mesmo algumas expressões da cultura participativa dos gamers, bloggers e fãs que foram estudadas por Jenkins (2006) podem, nalguns casos, assumir a forma de públicos óbvios. Antes, neste caso o enfoque analítico encontra-se nos públicos que Fraser descreve como sendo inclusivos por princípio (1992), que determinam as suas intenções em torno de uma noção abstrata de bem público e de interesse geral, e que discutem a distribuição social de recursos e de poder. Neste quadro, a relevância analítica é atribuída apenas aos processos de *mediação* que estão relacionados com algumas das seis dimensões (ou talvez com todas elas) das culturas cívicas. Além disso, as culturas cívicas podem ser consideradas como uma constelação de fatores cruciais que permitem induzir a transição de um público entre diferentes *estatutos*. As culturas cívicas são constituídas por três eixos: o cognitivo (onde poderemos encontrar a dimensão informativa), o simbólico (que consiste em confiança, valores, identidade) e o pragmático-organizacional (que se dedica às práticas e aos espaços). É apenas a interdependência mútua destes três eixos que permite explicar as alterações e a evolução nas formas do público.

A Web oferece oportunidades sem precedentes para potenciar os designados “traços constitutivos” dos públicos: torna mais fácil a concretização de performances autónomas, das práticas de reflexividade e de conectividade, aumentando assim as probabilidades de um público obtuso, decorrente de um texto heterónimo, se transformar num público óbvio através da representação e da experiência social da sua ficção. Contudo, não é verdade que todas estas potencialidades encontrem eco na Web. As ágoras públicas online não asseguram o empoderamento de cada identidade social que encontra na internet possibilidades de agregação. Isto significa que, ocorrendo uma transformação evolutiva dos públicos entre os diversos *estatutos*, esse processo envolve, não só os seus traços constitutivos (cujas condições de possibilidade residem na dimensão pragmático-organizacional das culturas cívicas), mas também os valores que invocam e os desafios que colocam (eixos simbólicos e cognitivos das culturas cívicas). Assim, a vantagem do raciocínio no âmbito das culturas cívicas decorre do facto de a presumível interdependência entre as seis dimensões constitutivas permitir explicar, quer a vertente estática, quer a vertente dinâmica dos públicos políticos.

Consequentemente, as culturas cívicas são, quer objeto de traduções (as ficções das quais emergem os públicos podem ser concebidas como uma “dramaturgia” de valores, confiança, identidades, e as suas representações perpassam o eixo pragmático-organizacional das culturas cívicas), quer a força motriz que torna possível qualquer outra mediação³.

³ Esse dualismo pode ser explicado por referência ao estatuto analítico da cultura e à tensão entre agência e estrutura que lhe está subjacente: «A cultura deve ser tratada analiticamente como uma orientação geral que pode oferecer marcadores de padrões de fazer e de pensar, e, no entanto, nunca pode oferecer previsões definitivas – quanto mais não seja porque se encontra sempre, de certa forma, em transição» (Dahlgren, 2009: 103).

3. AS CULTURAS CÍVICAS NO AMBIENTE DIGITAL

De que modo é que o enquadramento teórico aqui configurado pode ser útil para analisar as novas formas de envolvimento cívico mediadas que estão a desenvolver-se na Web?

Em conformidade com o modelo culturalmente orientado da esfera pública, podemos começar a pensar nessa esfera pública como um espaço cultural onde os diferentes grupos e indivíduos constroem ativamente a sua própria compreensão da sociedade civil real e ideal, filtrando o discurso e narrativas predominantes através das múltiplas esferas e comunidades. A ideia é a de uma espessa teia de pequenas esferas públicas (Gitlin, 1998), coletividades e associações agrupadas entre si, e também dentro de uma potencial esfera nacional maior (Alexander-Jacobs, 1998: 29). O objetivo analítico passa a consistir, assim, em compreender a lógica por detrás dessa “agregação”, o tipo de ligações discursivas que permitem a proliferação de públicos políticos, separados mas reciprocamente interligados dentro das fronteiras de um horizonte de significados partilhados. As questões analíticas em causa não se ocupam exclusivamente do conteúdo temático abordado por cada constelação cultural, mas também com a forma como elas se encontram organizadas internamente, com o tipo de autonomia que mantêm relativamente aos públicos mais abrangentes, e se o seu distanciamento reflete o *estatuto* dos públicos óbvios. Mas, uma vez que a nossa pergunta de partida se encontra intimamente ligada à especificidade do meio inerente aos média digitais, os objetivos de investigação alargam-se, de modo a incluir a forma como a disponibilidade das tecnologias dos média, facilitando a produção de conteúdos e a distribuição fora do centro de mediação tradicional dos partidos políticos e dos média institucionais, pode influenciar a dinâmica da propagação, sobreposição ou desligamento entre esferas discursivas diferenciadas.

Conforme referido no parágrafo anterior, é plausível supor-se que as novas formas de envolvimento e interação dos média podem multiplicar os públicos óbvios, na medida em que facilitam todos os processos necessários a uma apropriação autónoma da ficção de onde emergem. Contudo, o quadro de análise selecionado implica a superação dessa hipótese, uma vez que defende que a evolução entre diferentes formas de públicos (aquilo que podemos, em última instância, perspetivar como *agência cívica*) é sempre o resultado de uma interdependência impassível de erradicação entre as pré-condições materiais dos traços constitutivos dos públicos e a sua dimensão simbólica. No seio desta circularidade cultural, a questão poderia ser reformulada do seguinte modo: que tipo de cultura cívica tem capacidade de explorar todas as potencialidades participativas e interativas da Web, de modo a transformar os traços constitutivos de um público genérico nos de um público óbvio? Esta questão de base é estudada, agora, com recurso à análise de um estudo de caso empírico.

4. BEPEGRILLO.IT: CULTURAS CÍVICAS ANTAGONISTAS NO LIMAR

O *beppegrillo.it*⁴ é um weblog italiano que funciona como plataforma de comunicação do desenvolvimento de um movimento cívico e político liderado por Beppe Grillo,

⁴ www.beppegrillo.it

um conhecido comediante. Foi criado em Janeiro de 2005 como suporte da digressão de Beppe Grillo pelas salas de espetáculo de quase todas as regiões de Itália. Os espetáculos eram constituídos por longos monólogos caracterizados por um registo irónico, e focados sobretudo em questões políticas (entre os temas abordados, encontravam-se a corrupção política e corporativa, a liberdade de expressão, as finanças, a tecnologia e as energias renováveis). O blog cresceu muito rapidamente, tendo-se tornado, recentemente, um dos mais visitados e comentados em Itália e, também, na blogosfera global, onde, segundo a Technorati, se encontra entre os 20 blogs mais lidos do mundo (ver e.g. Technorati, 2006). Entretanto, também o movimento cresceu progressivamente, conquistando uma visibilidade mediática cada vez maior. Gradualmente, assumiu uma orientação política mais explícita com a organização de manifestações públicas de grande êxito, juntamente com a recolha de assinaturas para alguns projetos-lei, e a apresentação de listas de cidadãos nas últimas eleições nacionais, em Fevereiro de 2013. O blog possui, agora, uma estrutura bem definida. O seu posicionamento “contra-hegemónico” representa um dos principais traços da identidade defendida pelo fundador e pelos seus apoiantes. É atualizado constantemente por uma nova publicação diária assinada por Beppe Grillo, e possui na página inicial os arquivos das principais campanhas organizadas anteriormente pelo movimento, sustentando, assim, a criação de uma memória coletiva e partilhada.

Se observado do ponto de vista da grande esfera pública nacional, o fenómeno social e político gerado em torno do *beppegrillo.it* é apontado como um exemplo ilustrativo da evolução de um público obtuso (representado pelas audiências que seguiram, no passado, os seus espetáculos televisivos e que, na realidade, acompanham os seus espetáculos ao vivo) para um público óbvio (constituído pelos milhares de cidadãos que participaram nas manifestações públicas e que apresentaram a sua candidatura às eleições nacionais e locais sob a égide de Beppe Grillo). No final desta progressão, essa entidade coletiva, inicialmente evocada apenas no âmbito do quadro discursivo previamente composto pelo comediante/blogger, começou a *representar* através de espetáculos visíveis e de uma dramaturgia pública de autoapresentação. A entrada na segunda fase foi caracterizada por uma luta feroz dentro da esfera pública nacional predominante, no decorrer da qual as designadas «pessoas de Beppe Grillo»⁵ mal lutaram para assinalar os limites da sua identidade “contra-pública”, tecendo uma teia de ligações e desligamentos discursivos. Uma das controvérsias mais discutidas versou sobre a categoria de “antipolítica” atribuída ao movimento político inspirado por Beppe Grillo, sobretudo em relação aos políticos pertencentes aos partidos nacionais bem enraizados e a conhecidos intelectuais e líderes de opinião. Houve uma operação discursiva relevante (que não se encontra totalmente esgotada, mas que ainda continua atualmente), através da qual muitas vozes influentes das esferas públicas nacionais tentaram normalizar e manter sob controlo o potencial subversivo do fenómeno. A isso, as designadas *pessoas do Beppe Grillo* responderam afirmando que a sua proposta é, pelo contrário, autenticamente política porque volta às raízes da democracia participativa.

⁵ Este é o nome utilizado, quer pelos detratores, quer pelos apoiantes, para indicarem o movimento político inspirado por Beppe Grillo.

A análise empírica apresentada neste artigo tem como objetivo investigar a dinâmica cultural dessa suposta evolução, de modo a provar se, e em que medida, o público obtuso original se transformou num público óbvio, capaz de se imaginar como um “nós” através de um processo de reflexividade que é parcialmente autónomo do olhar atento de terceiros (neste caso, o “olhar” de Beppe Grillo, *primeira causa* deste público). Para o efeito, foram analisados dois processos de mediação. O primeiro ocupa-se da proposta comunicativa e cívica formulada pelo comediante através do seu blog. Poderia ser visto como o primeiro ato de “estruturação” de um discurso acerca da cultura cívica, na forma, quer de uma “ficção”, quer de um género discursivo em particular. Este primeiro passo da mediação será estudado através das ferramentas analíticas da análise crítica do discurso (ACD) (Jørgensen-Phillips, 2002; Fairclough, 1995), aplicada a uma amostra de textos selecionados, publicados no blog. Esta metodologia foi escolhida porque as suas premissas teóricas são profundamente coerentes com os pressupostos postulados nesse contexto. A ACD considera que cada instância de utilização da linguagem é um evento comunicativo constituído por três dimensões: um texto (que deve ser estudado nos seus traços formais e no padrão de significados por eles gerados), uma prática discursiva (que é a produção e o consumo de textos a estudar, focando a forma como os autores e os recetores se baseiam em discursos e géneros já existentes para criar e interpretar um texto), e, finalmente, uma prática social (reproduzindo ou, antes, reestruturando a ordem social mais alargada). Todos os eventos comunicativos assentam em “ordens do discurso” previamente existentes, que podem ser definidas como a soma de todos os géneros e discursos em utilização num domínio social específico: «os usos dos discursos e dos géneros como recursos da comunicação são controlados pela ordem do discurso porque a ordem do discurso é constituída pelos recursos que se encontram disponíveis. Ela delimita aquilo que pode ser dito. Simultaneamente, porém, os utilizadores da linguagem podem alterar a ordem do discurso, utilizando discursos e géneros de formas novas» (Jørgensen-Phillips, 2002: 72). O discurso é visto como constituindo, mas também como sendo constituído, por dimensões sociais circundantes. Todos os atos comunicativos abrem uma brecha de contingência e potencial inovação na estrutura social estabelecida, mesmo que, ao mesmo tempo, as suas condições de possibilidade sejam inexoravelmente por ela determinadas. Essa dialética, estabelecida no cerne de um evento comunicativo que é formulado pelo contexto social prévio, ao mesmo tempo que contribui para a sua formulação (através do campo de mediação da “ordem do discurso”), constitui uma pista analítica que pode ser utilizada para irromper na dualidade das culturas cívicas realçada previamente, e que constituem, quer o objeto, quer a força motriz (a quantidade de recursos que a possibilita) dos processos de mediação. De facto, a noção de evento comunicativo proposta por Fairclough reflete coerentemente o conjunto de pressões e de agência que, segundo Silverstone, se encontra implícito em cada limiar de mediação (Silverstone, 2002). O segundo passo da análise foca o segundo processo de tradução que, no modelo de Fairclough, corresponde à prática discursiva do “consumo”. A realização de entrevistas de natureza qualitativa permitiu estudar o campo da receção do blog de Beppe Grillo e a forma como a sua morfologia

cultural peculiar influenciou a atualização de algumas das leituras potenciais oferecidas pelos primeiros processos de mediação. As entrevistas foram realizadas recorrendo a uma amostra não representativa⁶ dos leitores do blog e dos ativistas dos movimentos políticos inspirados por Beppe Grillo, mas parcialmente autónomos dele no que diz respeito às suas iniciativas políticas.

4.1 CIDADANIA ESTRUTURANTE: DISCURSOS E GÊNEROS DISCURSIVOS

Em primeiro lugar, a análise de conteúdo qualitativa procurou identificar a ordem do discurso na qual o blog de Beppe Grillo pretendia posicionar-se. Para o efeito, analisou-se todos os textos publicados no blog durante os primeiros três meses de atividade, prestando-se especial atenção ao volume de recursos mobilizados na forma de géneros e padrões de significados. Desde o início, ficou claro que o comediante pretendia catalisar os nós cruciais de um *discurso de cultura cívica* numa perspetiva antagonista. O comediante propôs reflexões sobre a traição da confiança da relação entre políticos e cidadãos, sobre a representação manipulada e propagandística da realidade veiculada pela imprensa nacional, e considerada como estando completamente subjugada ao poder político e económico, sobre a corrupção corporativa e sobre os paradoxos das finanças fraudulentas. Podemos observar uma evolução durante o período estudado, constituída por uma presença gradualmente crescente do *pars construens* do discurso, além do *pars destruens* apresentado como um prolongamento das performances teatrais de Beppe Grillo. Isto significa que, dia após dia, o discurso de Beppe Grillo cria um espaço de alternativas à situação dramática descrita. Esta estrutura dupla da realidade é imersa e reforçada por um discurso predominante que propõe novas relações de confiança, novas coordenadas espaciais e temporais nas quais se pode situar a ação cívica. Constrói uma linha temporal cujos inícios estão enraizados numa das histórias cruciais do país: o Movimento da Resistência, a queda do Fascismo e a promulgação da Constituição da República Italiana. Simultaneamente, o discurso reestrutura a geografia da ação cívica, que é, em última instância, eliminada do espaço político institucional (partidos políticos, grandes média nacionais, instituições políticas). E, após uma longa celebração do “vazio” (ou seja, a impossibilidade de qualquer tipo de intervenção sobre a realidade), é, finalmente, colocada na Internet, sendo esta exaltada como a fundação de uma nova palingénese política.

O “post” publicado no dia 28 de janeiro ilustra uma sinopse muito emblemática daquilo que o blog de Beppe Grillo irá fornecer aos seus leitores ao longo dos meses seguintes. Afirma: «Sou um guerrilheiro da terceira guerra mundial, a guerra da informação. O problema não é que não tenhamos informação, mas sim que estamos imersos em informação. A única forma de assegurar a sobrevivência da democracia é evitar que o respetivo governo possa controlar a liberdade da cidadania no âmbito da partilha de informação e da comunicação»⁷.

⁶ A amostra é composta por 25 pessoas com idades compreendidas entre os 31 e os 56 anos, sendo 60% do sexo masculino e 40% do sexo feminino, 52% com ensino secundário e 48% com título universitário. As entrevistas foram realizadas no final de 2009.

⁷ www.beppegrillo.it/2005/01/e_scoppiata_la.html

A relevância deste “post” reside no facto de, através dele, Beppe Grillo se colocar a si próprio numa cadeia de equivalência entre os dois momentos da *democracia* e da *informação*. Essa articulação do discurso faz uma previsão dos dois géneros discursivos que serão mobilizados pelo blog ao longo dos dois meses seguintes: o de guardião da informação (o comediante/blogger apresenta-se a si próprio como a pessoa que tem a capacidade de corrigir os fluxos de informação distorcidos entre as instituições e os cidadãos) e o da representação política (Beppe Grillo não é um repórter neutro de uma realidade objetiva, mas luta como guerrilheiro nessa mesma realidade narrada). Defendo, portanto, que os desenvolvimentos textuais dos dois géneros têm em comum a mesma organização do espaço simbólico do blog, dividido, em termos Goffmanianos (1959), em duas partes: uma *frente* visível, à disposição do público, e uma *retaguarda oculta*, sob o controlo exclusivo do blogger.

O género do guardião é desenvolvido através de três estratégias principais. Em primeiro lugar, verifica-se um ajustamento a alguns dos cânones da mitologia moderna do jornalismo (Sorrentino, 2006): o relato da realidade é sempre sincronizado com a temporalidade social externa e atualizada face aos eventos recentes; utiliza os testemunhos dos especialistas para validar a verdade narrada; por vezes, a voz falante é dissimulada por estratégias de objetificação. Em segundo lugar, fornece a popularização de conhecimentos especializados (Linde, 1987), recorrendo a um subconjunto pequeno e fragmentado de conceitos presentes na teoria especializada. Em terceiro lugar, naturalizada criativamente alguns dos traços comunicativos da blogosfera (Matheson, 2004; Deuze, 2003). Ao aplicar estas estratégias, a orientação da produção dos conteúdos e da seleção noticiosa encontra-se, solidamente, nas mãos do blogger: as ligações às fontes quase nunca são diretas⁸, não existe uma comparação entre a versão diferente da realidade representada e os critérios de seleção das fontes não são explicitados, justificados ou discutidos com o público; antes, permanecem ocultados no segredo da *retaguarda*. O blog não só não realiza qualquer tipo de processo participativo na produção de conteúdos (o que seria coerente com o quadro de utilização semi-participativa dos blogs (Carpentier, 2007)), como também não permite quaisquer oportunidades de interação com o público, apresentando-se assim muito longe da epistemologia negociada das notícias que emerge nalgumas áreas da Web (Matheson, 2004).

Mecanismos muito semelhantes são aqueles que se utilizam no género da representação política. Esse género inicia-se com o primeiro “post” do blog, que informa os leitores que o novo tema não é dedicado à agenda da performance teatral de Beppe Grillo (como acontecia até ao “post” anterior), incluindo apenas um título: “este é o lugar das lamentações⁹”. O registo das queixas tornar-se-á, ao longo dos meses seguintes, um retrato cada vez mais realista das pessoas às quais o blogger procura atribuir uma representação pública. Ele irá publicar muitas cartas escritas pelos leitores do blog

⁸ A ligação faz-se às páginas, e raramente aos artigos citados.

⁹ Esta é a tradução para português de “Muro del Pianto”, o nome que os italianos utilizam como referência ao “Muro das Lamentações”, em Jerusalém.

em torno das suas principais temáticas (trabalho precário e condições de trabalho desiguais, situações de falta de eficiência do Estado Social e da administração da justiça, etc.). Porém, mesmo que a identidade social dos autores seja explícita (são trabalhadores precários, mães com filhos portadores de deficiência, cidadãos que defendem a ordenação da sua localidade contra a construção de edifícios não autorizados, etc.), não existe qualquer tipo de transparência no processo de construção da representação. Os leitores não têm a possibilidade de saber se a carta publicada é proveniente de um comentário a um “post” no blog ou de uma mensagem privada enviada a Beppe Grillo; não existem quaisquer pistas (como hora, dia ou nome do autor) capazes de identificar essa carta entre os milhares de comentários publicados diariamente. Mas, acima de tudo, não existe qualquer tipo de correspondência entre a ordem dos comentários (que podem ser votados por todos os leitores) e a seleção de cartas publicadas feita por Beppe Grillo. O comediante/blogger surge, assim, como o *primum movens* de um público que, na realidade, não possui qualquer tipo de ferramenta comunicativa que permitiria a representação criativa da ficção de onde provém.

4.2 ACOMODAR E ALCANÇAR A CIDADANIA: VERDADE, CONFIANÇA E INDIVIDUALISMO

O segundo passo da análise foca o processo de mediação existente na fase de recepção da proposta comunicativa e cívica de Beppe Grillo. O objetivo tem sido realçar os aspetos decisivos das culturas cívicas de reação e melhoria da cultura cívica personificada no blog através de dramatizações e géneros discursivos estranhos. Vale a pena referir os dois aspetos principais da morfologia cultural do público do blog, ambos relativos à experiência da cidadania numa esfera pública mediada. São eles a desintermediação e a desinstitucionalização. Os leitores do blog parecem ter profundamente integrado nas suas práticas diárias de participação na esfera pública (aqui, utilizo a categoria de “participação” num sentido lato, de modo a incluir uma orientação do público em geral concretizada na pesquisa de informações e as formas mais intensas de filiação entre os públicos ativos) o processo de desintermediação dos guardiões tradicionais como partidos políticos e média institucionais.

Estes leitores formulam o conhecimento como um processo atribuível a uma única pessoa, e não a regras ou convenções sociais, e apenas segundo a descrição de um único leitor, a quem cabe a tarefa de ratificação da verdade. Do mesmo modo, pensam em cidadania como um “projeto do próprio”, como uma procura individual da verdade que foi negada por elites económicas, culturais e políticas, mas que, a priori, têm presença na Web, sem necessidade de fatores de mediação que a iluminem ou que lhe deem forma. O processo de desinstitucionalização está interligado com o tipo de relações de confiança implicadas na cultura cívica dos leitores. Estes leitores não só não confiam nalguns média específicos, como sejam as notícias das principais televisões e jornais italianos, como também, de forma ainda mais drástica, parecem ter perdido qualquer tipo de confiança institucional (Silverstone, 1999) nos média em geral, ou seja, na possibilidade de associar o seu serviço a regras partilhadas e ao acordo social.

O blog de Beppe Grillo entrou nesse espaço cultural esvaziado pela desintermediação e pela desinstitucionalização. O seu percurso comunicativo liberta o género de guardião da confiança institucional, na medida em que nega alguns aspetos cruciais da sua fundação, como a competência profissional ou a presença de processos de produção noticiosa negados imediatamente por uma demonstração de espontaneidade¹⁰. Simultaneamente, ancora o género num quadro de confiança assente, sobretudo, no processo (contiguidade cultural entre a representação e a realidade) experienciado pelos leitores e na identidade (nos traços idiossincráticos de Beppe Grillo enquanto indivíduo) (Silverstone, 1999). Por conseguinte, a separação do lugar simbólico do blog entre a *frente* visível e aberta, onde as notícias chegam já enformadas por um quadro interpretativo rígido, e a *retaguarda* oculta, onde as notícias são selecionadas e as fontes são avaliadas em termos da sua credibilidade, não é percebida como sendo um problema por um público que preencheu o espaço vazio da desintermediação e da desinstitucionalização com uma relação de confiança pessoal.

O mesmo mecanismo induz o género da representação política. A falta de participação na construção da representação política não compromete a aceitação da proposta cívica de Beppe Grillo. Os leitores não consideram o blog como sendo o lugar de construção de uma identidade coletiva, e essa crença não é uma mera consequência do ato estruturante do blogger; antes, encontra-se integrada coerentemente numa representação específica da sociedade e da política. A ideia é que a sociedade contemporânea se encontra demasiado dividida e marginalizada, impedindo o desenvolvimento de qualquer tipo de agregação social, à exceção daqueles que assentam no poder e no lucro económico. O blog situa-se nesse contexto, e o seu papel não pode ser diferente daquele que é desempenhado pelas consciências individuais (ainda não coletivas) despertas. A construção de um “nós” é, assim, um projeto que não terá lugar no blog.

5. CONCLUSÕES

A relação entre as práticas comunicativas e o envolvimento dos cidadãos é complexa e não linear. Por isso, o percurso teórico e empírico percorrido neste estudo sugere a sua investigação recorrendo a um modelo de análise circular, que assenta na noção tradicional de *mediação* de significados transversal aos limiares das tecnologias, das práticas e dos textos. Foram apresentados dois parâmetros principais com o objetivo de avaliar estes círculos de significação. O primeiro é proveniente das categorias utilizadas por Dayan (2005) para classificar as diversas *personae fictae* originárias da produção social da atenção coletiva. A distinção entre o público óbvio e o público obtuso pode ser utilizada como referência para avaliar a dimensão estática dos públicos. O modelo das

¹⁰ O blog é, na realidade, gerido por uma empresa de marketing, a Casaleggio Associati, que é responsável por todo o ramo editorial do comediante (desde as performances teatrais até à venda de livros e DVD). Ocasionalmente, Beppe Grillo faz referência ao “staff” que o apoia na gestão do blog, sem, contudo, especificar claramente o tipo de contribuição prestada. Esta situação é aceite, sem quaisquer problemas, pelos leitores entrevistados, que estão absolutamente convencidos de que a maioria das notícias publicadas no blog são provenientes de chamadas de atenção e de reclamações recebidas de cidadãos privados por Beppe Grillo.

culturas cívicas, por sua vez, é útil para descrever a dinâmica dos públicos: um tipo de dinâmica específico constituído por uma tensão produtiva entre estrutura e agência, no âmbito do qual os eventos comunicativos enformam e são, simultaneamente, enformados pelo contexto cultural predominante. Este quadro de análise foi aplicado ao estudo de caso *beppegrillo.it*, recorrendo à metodologia da ACD. A metodologia selecionada revelou-se extremamente útil, pois permitiu apreender analiticamente a envolvência do texto na forma de práticas discursivas. O estudo da forma como o blog de Beppe Grillo naturalizou criativamente os dois géneros discursivos de guardião de informação e de representação política mostrou que, contrariamente à exaltação ideológica das potencialidades políticas da Web, nenhuma das suas principais capacidades tecnológicas foi atualizada no quadro comunicativo do blog.

Assim, o blog analisado revelou-se muito eficaz na oferta da democratização através dos média (Wasko-Mosco, 1992), na medida em que forneceu boas oportunidades de representação pública e participação ritualista na esfera pública. Contudo, não foi capaz de produzir uma democratização nos média, rejeitando todas as potencialidades interativas e participativas fornecidas pela configuração material da tecnologia digital. Pensado à luz das categorias de Dayan, o blog produziu uma ficção extremamente relevante, uma grande narrativa na esfera pública italiana, cujo peso é demonstrado pelos milhares de pessoas que seguem o blog e que participam nas manifestações públicas. Porém, como se defendeu, essa narrativa contém, no seu desenvolvimento discursivo, provas extraordinárias de resolução que poderão, potencialmente, dificultar o processo de representação e, conseqüentemente, o processo através do qual a identidade emergente naturaliza criativamente essa ficção. As entrevistas qualitativas revelaram que o público obtuso não foi capaz de se transformar num público óbvio devido a uma convergência contingencial de duas condições: a resolução discursiva na implementação da dimensão imaginativa inicial e os traços culturais específicos da respetiva cultura cívica.

Não se pretende, no entanto, generalizar estes resultados empíricos. Não há dúvida de que, na vasta narrativa produzida por Beppe Grillo, existem potencialidades de uma entidade autónoma que começa por se pensar a si mesma como um “nós”. Paralelamente, as culturas cívicas permanecem essencialmente plurais, pelo que não é possível excluir a possibilidade de essa morfologia cultural diferente do campo da receção poder originar uma evolução diferente no *estatuto* de um público. //

Tradução de Rui Sousa-Silva

REFERÊNCIAS

- Alejandro, R. (1993), *Hermeneutics, Citizenship, and the Public Sphere*, Albany Nova Iorque: State University of New York Press.
- Alexander, J.C., Jacobs, R.N., (1998), “Mass Communication, Ritual and Civil Society” in Liebes, T., Curran, J., (eds), *Media, ritual, and identity*, Londres-Nova Iorque: Routledge, pp. 23-41.

- Benhabib, S. (1992), “Models of Public Space: Hannah Arendt, the Liberal Tradition, and Jürgen Habermas” In Calhoun, C. (ed), *Habermas and The Public Sphere*, Cambridge (MA)/Londres: The MIT Press, pp. 73-98.
- Benhabib, S. (1996), ‘The Democratic Moment and the Problem of Difference’, In Benhabib, S. (Ed), *Democracy and Difference*, Princeton: Princeton University Press, pp. 3-18.
- Bennett, W. L. (2003), “New Media power: the Internet and global activism” In Couldry, N., Currans, J. (eds), *Contesting Media Power*, Lanham: Rowman & Littlefield, pp. 17-37.
- Bruns, A. (2008a), *Life beyond the Public Sphere: Towards a Networked Model for Political Deliberation*, «Information Polity», 13 (1-2): 65-79.
- Burns, A., Eltham, B., (2009), *Twitter Free Iran: an evaluation of Twitter’s role in public diplomacy and information operations in Iran’s 2009 Election Crisis*, Record of the Communications Policy & Research Forum 2009.
- Carpentier, N. (2007), “Theoretical frameworks for participatory media”, In Carpentier, N., Pruulman-Vengerfeldt, P., Nordenstreng, K., Hartmann, M., Vihalemm, M., Cammaerts, B., Nieminen, H., (eds.), *Media technologies and democracy in an enlarged Europe: The intellectual work of the 2007 European media and communication doctoral summer school*, Tartu: Tartu University Press, pp. 81-94.
- Castells, M. (2007), *Communication, Power and Counter-power in the Network Society*, «International Journal of Communication», 1: 238-266.
- Castells, M. (2012) (ed.), *Networks of Outrage and Hope*, Cambridge: Polity Press.
- Chouliaraki, L. (2006a), *The Spectatorship of Suffering*, London: SAGE Publications.
- Chouliaraki, L. (2006b), *Towards an analytics of mediation*, «Critical discourse studies», 3 (2): pp. 153-178.
- Couldry, N. (2005), “The extended audience: scanning the horizon”, In Gillespie, M. (ed), *Media Audiences*, Milton Keynes: Open University Press.
- Costanza-Chok, S. (2012), *Mic Check! Media Cultures and the Occupy Movement*, «Journal of Social Social Movement Studies. Journal of Social, Cultural and Political Protest» 11(3-4): pp. 375-385.
- Crouch, C. (2000), *Coping with Post-democracy*, «Fabian Ideas», 598, Londres: The Fabian Society.
- Dahlberg, L. (2011), *Re-constructing digital democracy: An outline of four ‘positions’*, «New Media Society», 13 (6): 855-872.
- Dahlgren, P. (2009), *Media and Political Engagement*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Dayan, D. (2005), “Mothers, Midwives and Abortionists. Genealogy and obstetrics of Audiences and Publics” In Livingstone, S. (ed), *Audiences and Publics. When Cultural Engagement matters for the Public Sphere*, European Science Foundation Series, Bristol: Intellect Press,.
- Deuze, M. (2003), *The Web and its Journalisms: Considering the Consequences of Different Types of News Media Online*, «New Media & Society», 5(2): 203-23.
- Fairclough, N. (1995), *Critical Discourse Analysis: The Critical Study of Language*, Londres: Longman.
- Fraser, N. (1992), “Rethinking the Public Sphere: a Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy” In Calhoun, C. (ed), *Habermas and The Public Sphere*, Cambridge (MA)/Londres: The MIT Press, pp. 109-142.

- Gaby, S. Caren, N. (2012), *Occupy Online: How Cute Old Men and Malcolm X Recruited 400,000 US Users to OWS on Facebook*, «Journal of Social Social Movement Studies. Journal of Social, Cultural and Political Protest» 11(3-4): 367-374.
- Gitlin, T. (1998), "Public Sphere or Public Sphericules?" In Liebes, T., Curran, J., (eds), *Media, Ritual, and Identity*, Londres-Nova Iorque: Routledge, pp. 168-174.
- Goffman, E. (1959), *The Presentation of Self in Everyday Life*, Nova Iorque: The Overlook Press.
- Graham, T, Wyatt, S. (1999), *Shaping Cyberspace: Interpreting and Transforming the Internet*, «Research Policy», 28 (7): 681-698.
- Habermas, J. (1962), *Strukturwandel der Öffentlichkeit. Untersuchungen zu einer Kategorie der bürgerlichen Gesellschaft*, Frankfurt am Main: Suhrkamp Verlag; eng, (1989), *The Structural Transformation of the Public Sphere*, Cambridge: Polity.
- Habermas, J. (1981), *Theorie des kommunikativen Handelns*, Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main; eng. (1987) *Theory of Communicative Action Vol.2*, Cambridge: Polity/Blackwell.
- Herbert, D. (2005), "Media publics, culture and democracy", In Gillespie, M. (ed), *Media Audiences*, Milton Keynes: Open University Press.
- Jenkins, H. (2006), *Fan, bloggers and gamers: exploring participatory culture*, Nova Iorque: New York University Press.
- Jørgensen, M., Phillips, L. (2002), *Discourse Analysis as Theory and Method*, Londres: SAGE Publications,.
- Kohn, M. (2000), *Language, power and persuasion: Towards a critique of deliberative democracy*, «Constellations», 7(3): 408-429.
- Lievrouw, L. A. (2002), "Determination and Contingency in New Media Development: Diffusion of Innovations and Social Shaping Of Technology Perspectives" In Lievrouw, L. A., Livingstone, S., *Handbook of New Media: Social Shaping and Consequences of ICTs*, Londres: Sage, pp.183-199.
- Linde, C. (1987), "Explanatory systems in oral life stories", In Holland, D., Quinn, N. (eds), *Cultural Models in Language and Thought*, Cambridge: Cambridge University Press.
- Livingstone, S., Das, R. (2009), *The End of Audiences? Theoretical Echoes of Reception amidst the Uncertainties of Use*, Originally presented at Transforming audiences 2, 3-4 September 2009, Universidade de Westminster.
- Matheson, D, (2004), *Weblogs and the Epistemology of the News: Some Trends in Online Journalism*, «New Media & Society», 6(4): 443-468.
- Mouffe, C., (2000), *The Democratic Paradox*, Londres: Verso.
- Peters, J. D. (1993), *Distrust of representation: Habermas on the public sphere*, «Media Culture and Society», 15(4): 541-571.
- Peters, J.D. (1999), *Speaking Into the Air: a History of the Idea of Communication*, Chicago: University of Chicago Press.
- Silverstone, R. (1994), *Television and Everyday Life*, Londres: Routledge.
- Silverstone, R. (1999), *Why Study the Media*, Londres: Sage Publication.

- Silverstone, R. (2002), *Complicity and collusion in the mediation of everyday life*, «New Literary History», 33(4): 761-780.
- Silverstone, R. (2007), *Media and Morality. On the Rise of the Mediapolis*, Cambridge: Polity Press.
- Sorrentino, C. (2006), “Il newsmaking”, In Mancini, P., Marini, R., *Le comunicazioni di massa*, Roma: Carocci.
- Stevenson, N. (2001), *Culture & Citizenship*, London: SAGE Publications.
- Technorati (2006), *Beppe Grillo Launches Citizen Primaries*, disponível em http://www.masternewmedia.org/news/2006/02/07/beppe_grillo_launches_citizen_primaries.htm.
- Tsaliki, L. (2002), *Online forums and the enlargement of the public sphere: Research from a European project*, «Javnost/The Public», 9(2): 95-112.
- VV.AA. (2011), *Twitter Revolutions? Addressing Social Media and Dissent*, «Communication Review», 14(3).
- Warschauer, M. (2003), *Technology and Social Inclusion: Rethinking the Digital Divide*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Wasko, J., Mosco, V. (eds), (1992), *Democratic Communication in the Information Age*, Norwood NJ: Ablex.
- Whilelm, A. G. (1999), “Virtual sounding boards: how deliberative is online political discussion?”, In Hague, B. N., Loader, B. D. (1999), *Digital Democracy. Discourse and Decision Making in the Information Age*, Londres-Nova Iorque: Routledge, pp. 154-178.
- Wright, S., Street, J. (2007), *Democracy, deliberation and design: the case of online discussion forums*, «New Media Society», 9(5): 849-869.